



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº. : 10783.005022/95-21
Recurso nº. : 137.692
Matéria: : IRPJ, CSLL, IRRF – anos-calendário: 1991 e 1992
Recorrente : CEPEMAR - CENTRO DE PESQUISAS DO MAR LTDA.
Recorrida : 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Fortaleza
Sessão de : 03 de dezembro de 2004
Acórdão nº. : 101- 94.805

IRPJ - SOCIEDADE CIVIL DE PROFISSÃO REGULAMENTADA- Para fazer jus à tributação sob o regime previsto no Decreto-lei nº 2.397/87, todos os sócios da sociedade devem estar legalmente capacitados a desempenhar atividades ou prestar serviços privativos de suas profissões, e que estejam expressamente compreendidos no Contrato Social, como objeto da sociedade.

ARBITRAMENTO DO LUCRO - O lucro da pessoa jurídica é arbitrado quando o contribuinte, obrigado à tributação pelo lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, deixar de elaborar as demonstrações financeiras e de apresentar os livros e documentos exigidos pela legislação fiscal.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA - A ocorrência de eventos que representam, ao mesmo tempo, fato gerador de vários tributos impõe a constituição dos respectivos créditos tributários, e a decisão quanto à real ocorrência desses eventos repercute na decisão de todos os tributos a eles vinculados.

Recurso Voluntário a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CEPEMAR - CENTRO DE PESQUISAS DO MAR LTDA.

ACORDAM, os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

Sandra Faroni
SANDRA MARIA FARONI
RELATORA

FORMALIZADO EM: 09 FEVEREIRO 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, VALMIR SANDRI, PAULO ROBERTO CORTEZ, SANDRA MARIA FARONI, CAIO MARCOS CÂNDIDO, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.

Gd

Recurso nº. : 137.692
Recorrente : CEPEMAR - CENTRO DE PESQUISAS DO MAR LTDA.

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto pela empresa em epígrafe, contra decisão da 3^a Turma de Julgamento da DRJ em Fortaleza, que julgou inteiramente procedentes os lançamentos formalizados nos autos de infração de fls. 02/05, por meio dos quais estão sendo exigidos Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte, referentes aos anos-calendário de 1991 e 1992.

A empresa apresentou suas declarações de rendimentos no Formulário IV, específico para o regime tributário instituído pelo Decreto-lei 2.399/87 (Sociedade Civil Prestadora de Serviços de Profissão Regulamentada). A fiscalização, tendo constatado que a empresa não atendia os requisitos para tanto, e uma vez que a escrituração apresentada encontrava-se imprestável para apuração do lucro líquido contábil, por adotar o regime de caixa, intimou a empresa a apresentar escrituração contábil e fiscal de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com observância das leis comerciais e fiscais. Não atendida a intimação, foi o lucro arbitrado, com lavratura de autos de infração do IRPJ e, por decorrência, da CSLL e do IRRF.

A empresa impugnou tempestivamente a exigência, instaurando o litígio, decidido em primeira instância conforme Acórdão 2.316, de 5/12/2002, da 3^a Turma de Julgamento da DRJ em Fortaleza, que julgou inteiramente procedentes os lançamentos.

Ciente da decisão em 14/01/2003 (fl. 344), a empresa apresentou recurso a este Conselho em 12/02/2003 (fls. 347).

Inaugura sua peça recursal suscitando preliminar de prescrição, alegado, em síntese, que apresentou impugnação em 19/11/95, tendo sido cientificada da decisão em 14/01/2003, mais de sete anos após a apresentação da peça de bloqueio. Defende a posição de que o prazo prescricional começa a fluir com a lavratura do auto de infração.

Como segunda preliminar, diz que a fiscalização procedeu erradamente ao arbitrar o lucro, pois toda a documentação foi apresentada quando da

fiscalização, inclusive os Livros Diário . Chama atenção para que os valores levantados no auto de infração são os mesmos apresentados pela empresa no Formulário IV. Diz não ser verdadeira a alegação fiscal de que a escrituração contábil apresentada era imprestável. Pondera que o fato de a escrituração ser pelo regime de Caixa não é motivo de arbitramento, cabendo à autoridade verificar se a adoção de tal regime trouxe prejuízo ao fisco, a teor do que dispõe o art. 6º do Decreto-lei 1.598/77. Faz referência às fls. 276 dos autos, onde estão discriminados os livros fiscais e documentação que, segundo entende, prova que mantinha escrituração regular.

Quanto ao mérito, diz que faz jus ao regime pelo qual optou. Faz referência ao Parecer Normativo COSIT 03/94, que examina o alcance da isenção da COFINS para as sociedades civis de profissão regulamentada, dizendo que seu item 4 define os requisitos necessários para ser considerada sociedade civil, e que a recorrente atende a todos eles. Diz que a atividade da empresa não se enquadra em nenhuma das atividades passíveis de exclusão do regime fiscal previsto no Decreto-lei 2.397/87. Entende que o fato de haver admitido como sócio um advogado, desde que legalmente registrado na OAB, não é óbice ao regime, e que sua admissão deu-se pela necessidade do acompanhamento jurídico nas fases de elaboração dos Relatórios de Impacto Ambiental e nas representações em audiências públicas, que são rotineiras no tipo de serviço prestado pela Recorrente. Acrescenta que os sócios ofereceram à tributação, nas respectivas declarações, os rendimentos oriundos dos lucros apurados em relação aos serviços profissionais prestados pela sociedade, e a Receita não contestou a forma como recebeu o imposto. Informa e junta DARFs correspondentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados segundo o Formulário IV, diz estar havendo dupla incidência e requer o provimento do recurso.

É o relatório.



V O T O

Conselheira SANDRA MARIA FARONI, Relatora

O recurso é tempestivo e atende os pressupostos legais. Dele conheço.

A preliminar de prescrição é de ser rejeitada. A Súmula 153, do antigo Tribunal Federal de Recursos, estabelece : “Constituído, no quinqüênio, através de auto de infração ou notificação de lançamento, o crédito tributário, não há que se falar em decadência, fluindo, a partir daí, em princípio, o **prazo prescricional, que, todavia, fica em suspenso, até que sejam decididos os recursos administrativos.**” (destaquei).

Quanto ao arbitramento do lucro, a legislação vigente na época dos fatos geradores (1991 e 1992) dispunha que a autoridade tributária arbitrará o lucro da pessoa jurídica, inclusive da empresa individual equiparada, que servirá de base de cálculo do imposto, quando o contribuinte sujeito à tributação com base no lucro real não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras de que trata o § 4º do artigo 7º do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, ou, ainda, a escrituração mantida pelo contribuinte contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para determinar o lucro real ou presumido. (Decreto-lei 1.648/78, art. 7º, incisos I e IV)

Quanto aos livros contábeis, além do Diário, para o ano de 1992 era também exigível o Razão. Obrigatória, também, a elaboração das demonstrações financeiras na forma do Decreto-lei 1.598/77, quais sejam, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados. Por outro lado, a escrituração do Diário segundo o regime de Caixa não permite a apuração do lucro líquido, base para apuração do lucro real.

Durante a fiscalização, ao verificar que o Diário apresentado não permitia apurar o lucro real, por estar escriturado sob o regime de caixa, a auditora intimou o contribuinte a apresentar, no prazo de 30 dias, escrituração contábil e fiscal, com observância as leis comerciais e fiscais, especialmente no que diz

respeito ao regime de competência, alertando que a não apresentação ensejaria o arbitramento dos lucros . Conforme consta do auto de infração, o arbitramento foi efetuado porque a empresa não atendeu a intimação, por entender que o procedimento por ela adotado estava correto.

Não procede, ainda, a alegação de que, a teor do § 5º do art. 6º do Decreto-lei 1.598/77, competia ao fiscal verificar se houve prejuízo para o Fisco com a inobservância do regime de competência. Não é esse o alcance do dispositivo mencionado. O artigo 6º trata da apuração do lucro real, que parte do lucro líquido contábil. Assim, a disposição do art. 5º pressupõe que o contribuinte apure lucro líquido contábil segundo o regime de competência. Nesse caso, apurando a fiscalização inexatidão quanto ao período-base de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, deverá verificar se dela resultou insuficiência ou postergação de imposto e só em caso positivo efetuar o lançamento.

Verificados os pressupostos legais para o arbitramento, não prospera a alegação de que o arbitramento foi ilegal.

Passo ao mérito.

Antes da edição do Decreto-lei nº 2.397/87, as sociedades civis de prestação de serviços eram tributadas como pessoas jurídicas, mas com uma alíquota favorecida. Assim previa o art. 18, § 1º, "b", da Lei nº 4.154/62, que as pessoas jurídicas civis, organizadas exclusivamente para a prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador, pintor, escultor, despachante e de outros que se lhes possam assemelhar, com capital até 15 (quinze) vezes o salário-mínimo fiscal, pagariam o imposto à alíquota de 5%. Essa alíquota foi alterada para 11% pelo art. 1º do Decreto-lei 62/66. Na distribuição, os lucros sofriam a tributação na fonte como antecipação (15% : DL 1790/80 e 3% : DL 2.030/83).

O Parecer Normativo CST 15/83, analisando a conceituação de sociedade civil de prestação de serviços relativos a profissão regulamentada, esclareceu que os sócios da pessoa jurídica devem estar em condições legais de exercer a profissão regulamentada e as receitas da sociedade devem provir de retribuição do trabalho profissional, e se constituída por sócios de profissões diferentes, devem eles desempenhar apenas as atividades e os serviços privativos de suas profissões e esses objetivos devem estar expressos no contrato social.

Conforme consta às fls. 47 e 57 dos autos, o objeto social da empresa era “*pesquisas no campo da ecologia e biologia marinha, oceanografia, maricultura, prestação de serviços mão de obra, bloco, aduaneiro, estivagem e agenciamento de navios e prestação de serviços a bordo de navio nacional e internacional*”, passando a ser, com a alteração contratual de 06 de agosto de 1992, “*pesquisas no campo da Ecologia e Biologia, Oceanografia, Maricultura, Hidrologia, Consultoria Técnica em Engenharia Ambiental e Sanitária, Auditoria Ambiental e Serviços Técnicos de Engenharia.*”

Assim, ao substituir, em seu quadro societário, uma bióloga por sócio cuja habilitação profissional e de advogado, deixou a empresa de cumprir requisito para ser tributada pelo regime previsto para as sociedades civis de profissão regulamentada, devendo se sujeitar à tributação como as demais pessoas jurídicas.

Os lançamentos da Contribuição Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, por serem decorrentes, devem ter a mesma sorte do relativo ao IRPJ.

O imposto retido na fonte foi lançado apenas para o ano-calendário de 1992, com base no art. 41 da Lei 8.383/91, que previa que o lucro arbitrado, diminuído do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social, será considerado distribuído aos sócios ou ao titular da empresa e tributado exclusivamente na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento. Portanto, o lançamento obedeceu ao prescrito em lei.

Pelas razões expostas, rejeito as preliminares e nego provimento ao recurso .

Sala das Sessões (DF) em 03 de dezembro de 2004


SANDRA MARIA FARONI

